

Garimpo Ilegal na Terra Indígena Yanomami: uma Análise Semiótica da Desinformação em Fevereiro de 2023¹

Carolina Monego Lins PASTL²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

Este artigo busca entender como a desinformação contribuiu para a descrença sobre a existência de garimpo ilegal na terra Yanomami. Para isso, o trabalho parte de uma fundamentação teórica que envolve conceitos de crise do jornalismo, semiose, semiosfera, credibilidade, fixação das crenças e desinformação para analisar efeitos de sentido que foram produzidos por um conteúdo desinformativo em fevereiro de 2023. Entre os resultados da pesquisa, percebe-se que os efeitos de sentido produzidos pelo conteúdo desinformativo analisado são dicotômicos e maniqueístas ao mesmo tempo e que, diante de uma crise de credibilidade que vive o jornalismo, isso pode contribuir para o acirramento de bolhas virtuais, descrenças e pós-verdades.

PALAVRAS-CHAVE: crise do jornalismo; desinformação; desmatamento; credibilidade; semiose.

Introdução

"Água suja para comer, estraga o peixe. Crianças muito fracas. Água bebe-se suja e barriga dói muito."³ A frase é de um jovem indígena chamado Enenexi Yanomami, que, em fevereiro de 2023, descreveu à imprensa os impactos do garimpo ilegal de ouro na comunidade Yanomami, localizada entre os estados Roraima e Amazonas e parte da Venezuela. Dias antes, quando o problema estourou na grande mídia, o comentarista da Jovem Pan Jorge Serrão vem a público afirmar que há “informações seguras” de que existe “grande quantidade de índios Yanomami atuando no garimpo ilegal”⁴, numa tentativa de pôr em xeque o impacto sócio-ambiental gerado

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS, email: carolinamlpastl@gmail.com.

³ Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/indigenas-yanomami-descrevem-impactos-do-garimpo-na-saude-e-na-cultura>. Acesso: 16 jul 2023.

⁴ Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=YriZWDnixWE&t=2777s>. Acesso: 16 jul 2023.

pela extração do minério na região. É a partir da cobertura jornalística e de conteúdos desinformativos sobre essas cicatrizes abertas pelo garimpo no território indígena que este artigo se propõe a trabalhar.

Ainda sobre a contextualização do tema, vale salientar que a presença da atividade ilegal nesta comunidade existe pelo menos desde a década de 1970, quando iniciativas governamentais estimularam o modelo de negócio na região⁵. Em 1980, houve o primeiro registro de um grande surto de garimpagem ilegal. No início deste ano, o assunto voltou à tona com a divulgação de um dado levantado pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) de que o garimpo ilegal teria crescido 54% em 2022 e devastado 5.053 novos hectares da terra indígena Yanomami⁶. Menos de um ano antes, em abril de 2022, o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana (Condisi-YY), Júnior Hekukari, divulgou um vídeo no qual disse ter recebido a informação de que uma menina de 11 ou 12 anos teria morrido na comunidade de Aracaá após ser estuprada por garimpeiros⁷.

E falar de desmatamento e seus impactos sócio-ambientais é falar também do governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Na sua gestão, o desmatamento na Amazônia cresceu 59% em relação aos quatro anos da gestão anterior, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)⁸. As áreas indígenas também ficaram menos protegidas. De 2010 a 2020, a área ocupada pelo garimpo dentro de terras indígenas no Brasil cresceu 495%, segundo dados da plataforma MapBiomas⁹. Também entrou menos dinheiro para a proteção do bioma. Em 2022, o orçamento de órgãos ambientais foi o menor em 17 anos¹⁰. Mesmo assim, 31% a 35% dos brasileiros entendem que o governo Bolsonaro mais combateu do que incentivou a criminalidade

⁵ Disponível:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/lider-indigena-garimpo-chegou-novas-areas-yanomami-nos-ultimos-anos>. Acesso: 10 jul 2023.

⁶ Disponível:

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2023/02/01/garimpo-ilegal-terra-yanomami-cresceu-governo-bolsonaro.html>. Acesso: 10 jul 2023.

⁷ Disponível:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/04/26/menina-ianomami-de-12-anos-morre-apos-ser-estuprada-por-garimpeiros-afirma-lideranca-gh.html>. Acesso: 10 jul 2023.

⁸ Disponível:

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2022/11/30/deter-desmatamento-amazonia-2022.htm>. Acesso: 10 jul 2023.

⁹ Disponível:

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/operacoes-do-governo-bolsonaro-em-terra-yanomami-foram-feitas-para-nao-funcionar-dizem-procuradores/>. Acesso: 10 jul 2023.

¹⁰ Disponível:

<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2022/08/04/gestao-ambiental-no-pais-tem-o-menor-orcamento-em-17-anos-gh.html>. Acesso: 10 jul 2023.

no território amazônico em geral e nas comunidades indígenas, de acordo com o Datafolha divulgado em junho de 2022¹¹.

Partindo, então, da premissa de que mesmo com a cobertura jornalística de veículos com abrangência nacional de acontecimentos do tipo continua-se havendo inação por parte da população e a circulação de conteúdos desinformativos, tem-se como problema de pesquisa entender como a desinformação contribuiu para a descrença sobre a existência de garimpo ilegal na terra Yanomami. O trabalho elenca como objetivo geral, então, analisar efeitos de sentido que foram produzidos em um conteúdo desinformativo circulado em fevereiro de 2023. Para alcançar esse objetivo, utiliza-se como um dos procedimentos metodológicos a individualização do acontecimento proposta na análise do acontecimento de Vera França (2012), a partir da perspectiva teórica de Louis Quéré. O intuito nesta etapa foi apreender características particulares e gerais do acontecimento retratado pela desinformação - o garimpo ilegal na terra Yanomami.

Como uma segunda etapa, foi aplicada a análise semiótica das características deste acontecimento apreendido. Aqui, a ideia foi, de fato, apreender os efeitos de sentido produzidos por cada um dos materiais analisados.

Como fundamentação teórica, o artigo trabalha com conceitos de crise do jornalismo (CRISTOFOLETTI, 2019; OLIVEIRA, 2018), semiose (PEIRCE, 1975; 1977; SANTAELLA, 2008), semiosfera (LOTMAN, 1996; 2001), credibilidade (LISBOA; BENETTI, 2017), fixação das crenças (PEIRCE, 1877) e desinformação (TANDOC JR. et al, 2018; HENN, 2023). Parte-se da ideia de que o jornalismo vive uma nova crise, que envolve também o próprio sentido, semioticamente falando, do papel do jornalismo (PASTL, 2022).

Entre os resultados da pesquisa, percebe-se que os efeitos de sentido produzidos pelo conteúdo desinformativo analisado são dicotômicos e maniqueístas ao mesmo tempo e que, diante de uma crise de credibilidade que vive o jornalismo, isso pode contribuir para o acirramento de bolhas virtuais, descrenças e pós-verdades.

O garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami

¹¹ Disponível:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/datafolha-4-em-10-brasileiros-veem-incentivo-de-bolsonar-o-a-ilegalidade-na-amazonia.shtml>. Acesso: 10 jul 2023.

A presença do garimpo ilegal na comunidade Yanomami existe pelo menos desde a década de 1970, quando o governo militar passou a incentivar o modelo de negócio, com a abertura da rodovia Perimetral Norte e programas de colonização da área por não indígenas¹². Em 1980, houve a primeira “corrida do ouro”, um grande surto de garimpagem ilegal do minério na região, visada também pela cassiterita.

Esse primeiro contato gerou os primeiros conflitos e problemas para a comunidade, que vivia relativamente isolada até então, de acordo com a Comissão Pró-Yanomami, ONG criada na década de 70 para defender essa população¹³. Houve a disseminação de doenças venéreas, tuberculose, surtos de gripe e mortes. As plantações de mandioca e outros tubérculos dos indígenas também começaram a ser atacadas pelos invasores, em busca de comida.

Apesar do governo federal decidir interditar parte da terra Yanomami em 1982 para proteger a comunidade e, depois, criar o Parque Indígena Yanomami, em 1984, no início da década de 1990, a extração ilegal de ouro continuou na área¹⁴. Em 1993, a ação criminosa de um grupo de invasores resultou na morte de 16 yanomami, na região fronteira da Venezuela com o Brasil, no episódio que ficou conhecido como Massacre de Haximu¹⁵.

Mas foram nos últimos anos, a partir de 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que a atividade ganhou outro nível, explicou o líder indígena Júnior Hekurari Yanomami à reportagem da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)¹⁶: avançou para territórios que, até então, ainda se mantinham livres da exploração de minérios.

O dado mais recente sobre o avanço do desmatamento foi divulgado no início deste ano, quando um levantamento feito pela Hutukara Associação Yanomami e pelo Instituto Socioambiental apontou um crescimento de 54% de 2021 para 2022¹⁷. No acumulado dos anos desde 2018, a alta chegou a 309%. Vale lembrar que o ano de 2022

¹² Disponível:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/lider-indigena-garimpo-chegou-novas-areas-yanomami-nos-ultimos-anos>. Acesso: 17 jul 2023.

¹³ *Ibidem*, nota de rodapé número 5.

¹⁴ *Ibidem*, nota de rodapé número 5.

¹⁵ Disponível:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/04/massacre-de-haximu-relembre-condenacao-de-garimpeiros-por-genocidio-de-indigenas-yanomami.ghtml>. Acesso 17 jul 2023.

¹⁶ *Ibidem*, nota de rodapé número 5.

¹⁷ Disponível:

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2023/02/01/garimpo-ilegal-terra-yanomami-creceu-governo-bolsonaro.html>. Acesso: 17 jul 2023.

foi quando se registrou o menor orçamento de órgãos ambientais em 17 anos, de apenas R\$ 3,4 bilhões¹⁸.

Nesse meio tempo, em novembro de 2020, Bolsonaro chegou a afirmar que a terra indígena Yanomami não deveria existir, conforme o noticiado pelo Brasil de Fato (PAJOLLA, 2022, sem paginação):

A reserva Yanomami. Tem mais ou menos 10 mil índios. O tamanho é duas vezes o Estado do Rio de Janeiro. Justifica isso? Lá é uma das terras com o subsolo mais rico do mundo. Ninguém vai demarcar terra com subsolo pobre. Agora o que o mundo vê na Amazônia, floresta? Está de olho no que está debaixo da terra.

Entre as consequências do desmatamento e da inação do governo federal em relação a isso, a descrição do presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e da Associação Yanomami, Júnior Hekurari, à EBC exemplifica:

Um pajé que morava na comunidade de Xitei fugiu por causa da presença dos garimpeiros. Ele não conseguia fazer pajelança. Era muito barulho dos motores. O garimpo ficava a 50 metros [da comunidade]. Como vai conseguir se concentrar e fazer ritual? Ele [chegou a fazer] uma reunião. Algumas comunidades ganharam muitas armas de fogo [dos garimpeiros], como espingardas, pistolas. Essa liderança foi contra e foi embora pra região do Minaú. No Minaú, não tem [garimpo]. (ABDALA, 2023, sem paginação)

Em janeiro deste ano, a Polícia Federal, então, determinou a abertura de um inquérito para apurar crimes de omissão e genocídio do governo Bolsonaro diante da crise humanitária vivida pelo povo Yanomami¹⁹. Foi quando o assunto passou a ser destaque nas manchetes da imprensa tradicional, após denúncias de lideranças sobre o agravamento dos problemas causados²⁰.

Meses mais tarde, uma reportagem do UOL comprovou que o governo Bolsonaro foi formalmente informado sobre a gravidade da situação gerada pelo garimpo ilegal contra os Yanomami e escolheu não agir²¹.

Mesmo diante de todo esse cenário exposto até aqui, 31% a 35% dos brasileiros responderam ao Datafolha em 2022 que entendiam que o governo Bolsonaro mais

¹⁸ Disponível:

<https://valor.globo.com/impresso/noticia/2022/08/04/gestao-ambiental-no-pais-tem-o-menor-orcamento-em-17-anos.ghtml>. Acesso: 17 jul 2023.

¹⁹ Disponível:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/25/pf-abre-inquerito-para-investigar-suspeitas-de-genocidio-e-omissao-de-socorro-aos-yanomami.ghtml>. Acesso: 17 jul 2023.

²⁰ Disponível:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/02/01/guia-para-entender-a-crise-yanomami-o-que-aconteceu-onde-fica-a-reserva-e-mais.ghtml>. Acesso: 17 jul 2023.

²¹ Disponível: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/relatorio-yanomamis.htm>. Acesso: 17 jul 2023.

combateu do que incentivou a criminalidade no território amazônico em geral e nas comunidades indígenas²².

Como, diante de todos esses dados?

A cobertura jornalística e a desinformação na era da Internet

Para entender esse contexto exposto até aqui, o artigo parte de uma série de premissas teóricas. A primeira delas é a de que

a história do jornalismo é marcada por crises. Do rádio para a televisão, da televisão para o cinema, sempre se pensou que o primeiro fosse sucumbir. Por isso mesmo, em princípio, não é incomum falar em outra crise na profissão. A novidade desta, no entanto, está para além dos avanços tecnológicos, que normalmente funcionam como o estopim para instabilidade na área (CHRISTOFOLETTI, 2019). Envolve também o próprio sentido, semioticamente falando, do papel do jornalismo. (PASTL, 2022, p. 10)

O jornalismo, nesse sentido, não vive apenas uma crise financeira, com modelos de negócio sendo postos em xeque com o advento da Internet. A atividade também vive uma crise de credibilidade²³, no sentido do que é entendido como informação confiável pelo público.

Com a Internet, em especial as redes sociais digitais, o público passa a perceber que o signo é incapaz de ocupar o lugar do objeto (PEIRCE, 1974; 1977) na semiose da notícia (HENN, 1996; 2002). Isso porque essa incapacidade sígnica de representar por completo o objeto sempre gerou sobras (SANTAELLA, 2008) no processo de significação, que agora, com as redes sociais digitais, ganham novas representações na semiosfera (LOTMAN, 1996; 2001), em signos amplamente compartilhados e que são alheios ao jornalismo. Algo que nunca tinha se visto até então.

A autoridade do jornalismo como o único capaz de reproduzir o objeto da ordem da realidade (com referência na semiótica pragmatista, mas traduzido aqui por

²² Disponível:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/datafolha-4-em-10-brasileiros-veem-incentivo-de-bolsonaro-a-ilegalidade-na-amazonia.shtml>. Acesso: 17 jul 2023.

²³ Lisboa e Benetti (2017) propõem que a credibilidade se constitui a partir de duas dimensões – a constituída e a percebida. A credibilidade constituída está amparada em noções compartilhadas socialmente do que, por exemplo, é ser um bom informante. No caso do jornalismo, é pelo conjunto de valores criados para que o público pudesse identificá-lo – associando à semiótica peirceana, um conjunto de legi-signos que fazem do jornalismo uma forma de conhecimento. Esse gênero leva em conta valores, princípios e práticas constituídas ao longo da história como importantes para se ter confiança na atividade, como verdade e interesse público. A verdade, por exemplo, então, pode ser entendida como um legi-signo. A credibilidade percebida, por sua vez, se constitui a partir de um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010) entre o dever-ser do jornalismo (que aqui entendido como a credibilidade constituída) e o que o público nota que é realmente praticado. Ou seja, algo ou alguém ser credível em maior ou menor grau é uma implicação da “relação entre o que o leitor efetivamente percebe e aquilo que sabia de antemão sobre o que deveria ser o jornalismo e que, portanto, dele esperava” (LISBOA; BENETTI, 2017, p. 57).

acontecimento) tal como ele é, sem mediação, até chegar ao leitor (OLIVEIRA, 2018)²⁴ cai por terra. Em outras palavras, o público percebeu que a representação que o jornalismo faz do acontecimento não o desvenda completamente, não o transmite tal como ele é, como ele mesmo defendia, embasado em teorias como a do espelho. São com esses signos que agora ganham novas significações que o público passa a confrontar informações noticiadas e, até mesmo, a legitimidade do papel do jornalismo atualmente.

No Brasil especificamente, a confiança nas notícias pelo público tem diminuído ano após ano, mesmo depois de uma pequena melhora durante a pandemia de covid-19. De 2022 para 2023, por exemplo, a queda foi de cinco pontos percentuais. Atualmente, 43% dos brasileiros acreditam na maioria das notícias circuladas pela imprensa, de acordo com o Digital News Report 2023 do Instituto Reuters para Estudos de Jornalismo em Oxford, que é o mais abrangente estudo sobre consumo de notícias, confiança e tendências do jornalismo do mundo.

O mesmo estudo atribui em parte essa queda à alta polarização que o país tem enfrentado, citando como exemplo as eleições presidenciais de 2018 e 2022. É por esse mesmo motivo que o pesquisador Daniel Trielli prevê que os índices de confiança devem continuar a cair daqui para frente. Na sua visão, há setores da sociedade que se decepcionaram tanto com algumas marcas de jornalismo que abandonaram o seu consumo e simplesmente não pretendem voltar a fazê-lo²⁵. Ele se baseia justamente no caso do Brasil e de grupos bolsonaristas que de forma extremista descartam o noticiário jornalístico convencional.

São a partir de ressignificações dessas sobras (SANTAELLA, 2008) também que a desinformação²⁶ ganha amplitude nas redes sociais digitais e acirra a crise do

²⁴ Para que o jornalismo fosse entendido como um sistema de produção de sentidos que produz um conhecimento específico ao dar contexto a um acontecimento, foi preciso uma “autorização” da sociedade. Essa autorização pode ser entendida a partir de Charaudeau (2010) como sendo um instrumento do contrato de comunicação que se sustenta na crença de que o jornalismo é uma prática especializada em narrar a realidade, um conhecimento específico. Ou seja, o jornalismo se constitui como uma fonte credível dando provas de que está comprometido com a verdade dos fatos, de que é íntegro nas suas razões e conduta, de que é um sistema perito (MIGUEL, 1999). E, dessa forma, conquista a legitimidade do público, por meio das noções de verdade e credibilidade.

²⁵ Disponível: <https://www.niemanlab.org/2022/12/trust-in-news-will-continue-to-fall-just-look-at-brazil/>. Acesso: 21 jul 2023.

²⁶ Este trabalho usa o termo “desinformação” ao invés de “fake news” por entender que o termo é ultrapassado. Uma notícia não pode ser falsa. Caso seja falsa, não é notícia. O conceito de desinformação pode ser entendido como um conjunto de informações distorcidas, manipuladas ou inteiramente falsas que são criadas intencionalmente com a função de enganar para gerar algum tipo de ganho político (BENKLER et al., 2018). O

jornalismo. Já que o fenômeno existe há muito tempo, sendo os canards da Revolução Francesa um exemplo disso.

Durante a crise do garimpo ilegal, que eclodiu em fevereiro de 2023, diversos conteúdos desinformativos foram divulgados. Uma pesquisa do Intervezes-Coletivo Brasil de Comunicação Social e de outras 10 entidades parceiras (2023) identificou 70 perfis em redes sociais e páginas ou sites na internet que disseminam desinformação na Amazônia Legal²⁷. Foram analisadas 200 páginas, em sete estados – Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Mato Grosso e Tocantins.

Em relação a apenas conteúdos de vídeo, o Monitoramento do Mentira Tem Preço²⁸, realizado pela FALA e InfoAmazonia entre 2021 e 2022, mapeou conteúdos em que influenciadores e jornalistas bolsonaristas discutiam a crise humanitária em termos políticos no YouTube. Foram mais de 400 vídeos com desinformação socioambiental e negacionismo climático analisados, com cerca de 70 milhões de visualizações e 67 milhões de interações²⁹.

Ao gerar ruídos de sentido, já que a maneira pela qual a desinformação engana o público é pela imitação de notícias, tanto na linguagem, quanto na forma de apresentação (TANDOC JR et al., 2018), o signo desinformativo desestabiliza a dinâmica dos sistemas abertos de Lotman (1996). O jornalismo é afetado pelas redes sociais digitais justamente na fronteira entre esses dois sistemas de produção de sentido. Porque a informação de um sistema, quando traduzida por outro, pode gerar crises, já que cada sistema codifica os acontecimentos da sua maneira, com códigos próprios. Como os sistemas sempre agem na fronteira de forma a preservar os seus códigos, alguns podem sucumbir, outros mudarem significativamente. Cria-se, então, uma maior confusão dos usuários sobre o que é e o que não é jornalismo. O conteúdo em si parece verossímil, com uso de dados reais tais como datas, locais e nomes de pessoas, e agrega situações conhecidas ou compartilhadas na esfera pública.

A própria estrutura das redes sociais digitais, por onde a desinformação circula em abundância, também contribuem para a descrença no jornalismo, já que estimulam o

trabalho também compreende o problema semiótico do termo desinformação, já que, de acordo com a Teoria da Informação, como explica Henn (2022, p. 2), “qualquer mensagem é portadora de informação, independente da natureza factual ou ficcional da sua emissão”. No entanto, considerando um processo sistêmico, informações podem ter um potencial desestabilizador e gerar intensos ruídos, com tendência à entropia, ao caos generalizado. Por isso, se decidiu manter o termo.

²⁷ Disponível:

<https://plenamata.eco/2023/04/27/degradacao-e-desinformacao-tambem-ameacam-a-amazonia/>. Acesso: 18 jul 2023.

²⁸ Disponível: <https://mentiratempreco.infoamazonia.org/>. Acesso: 18 jul 2023.

²⁹ Disponível: <https://desinformante.com.br/amazonia-desinformacao-tem-preco/>. Acesso: 18 ju 2023.

desenvolvimento da pós-verdade ou, como chamam Recuero et al. (2020), de “câmaras de eco”. Essas câmaras de eco são grupos que filtram o conteúdo que compartilham, dando preferência a informações que reforcem uma narrativa política em particular. Isso pode criar o que Benkler et al. (2018) chamam de “Propaganda Feedback Loop”, ou seja, um ecossistema de informação em que uma variedade de usuários busca formas de reforçar uma narrativa específica, que não encontra no jornalismo e acaba estimulando essa descrença. O fenômeno também pode gerar uma maior radicalização dos usuários, aumentando a circulação de desinformação. É o chamado “vício epistêmico” de Cassam (2019): uma maneira de pensar que dificulta a obtenção de conhecimento.

É o que mostra a pesquisa (INTERVOZES-COLETVIO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL et al, 2023). De acordo com o estudo, a estratégia utilizada para circulação de desinformações analisadas sobre o garimpo ilegal foi a partir da criação de veículos hiperpartidários disfarçados de organizações de notícias locais ou nacionais para alcançar interesses específicos políticos ou de ordem econômica. Entre os conteúdos desinformativos analisados, há o de que bioma “não pega fogo”, de que as estatísticas oficiais sobre o desmatamento estariam “distantes da realidade” e de que o Brasil seria “o país que mais conserva o meio ambiente”, em pleno governo de Jair Bolsonaro.

Para Henn (2023), a desinformação, então, se transforma em estratégia poderosa para a ascensão da extrema-direita, a partir de um acionamento do que Cohen (1999, 2011 *apud* HENN, 2023) chama de pânico moral. Percebe-se a volta de movimentos de ódio, contra minorias. Nesse sentido, “de uma perspectiva semiótica, pode-se dizer que a desinformação intensifica uma crise sistêmica que convulsiona o espaço, através do qual as linguagens materializam os sentidos, que nele se processam” (HENN, 2023, p. 4).

Nessa perspectiva de que a linguagem atua e, portanto, pode ferir, é possível entender muitos dos conteúdos desinformativos circulados sobre o garimpo ilegal na terra Yanomami como discurso de ódio (BUTLER, 2021). Porque são atos “perlocucionários”, ou seja, atos de fala que produzem certos efeitos como consequência; quando algo é dito, certo efeito é produzido, como vai explicar a autora. Ou seja, gera ódio. O que o discurso de ódio faz, então, é constituir o sujeito em uma posição subordinada.

A tese de Matsuda pressupõe que a estrutura social é enunciada no momento do enunciado odioso; o discurso de ódio reinvoca a posição de dominação e a reforça no momento do enunciado. Enquanto rearticulação linguística da dominação social, o discurso de ódio se converte, para Matsuda, no lugar da reprodução mecânica e previsível do poder. (BUTLER, 2021, p. 19)

Então, se antes o método de fixação de crença³⁰ (PEIRCE, 1877) em uma informação ocorria majoritariamente pela autoridade, agora, nas redes sociais digitais, o que se privilegia são os métodos de tenacidade (HENN, 2022) e a priori (CALDAS, 2019). Quer dizer, até então, pouco havia confronto por parte do público com quem emitia a notícia. Era unidirecional. Hoje,

a utilização de algoritmos que dificultam o contato com opiniões distintas daquelas que já são propensas a satisfazer o usuário possibilita a difusão de mensagens e afirmações que não tenham sido experimentadas ou testadas, afastando possíveis dúvidas que possam ser colocadas frente a valores já estabelecidos. (CALDAS, 2019, p. 9).

Talvez resida aí, inclusive, um dos grandes problemas que caracterizam a fixação de crenças falsas e a proliferação de desinformação: o fato de que os vínculos com os sistemas de crenças possuem força para se sobrepor a qualquer mecanismo de verificação (D'ANDREA, HENN, 2021). As redes sociais digitais legitimam desinformação pela própria ferramenta, por meio do retweet do Twitter ou do compartilhar no Facebook e por quem retweeta ou compartilha.

A análise semiótica

Para alcançar o objetivo e responder ao problema de pesquisa, foi primeiro feita a escolha de uma desinformação para exemplificar o estudo deste trabalho. Para isso, decidiu-se por uma desinformação circulada no início da crise do garimpo ilegal deste ano, porque esse viés sógnico pode, de certa forma, ter orientado desinformações seguintes. A seleção foi feita a partir de uma matéria do portal InfoAmazonia intitulada

³⁰ Para Peirce (1975, p. 77), é um estado mental libertado do conflito da dúvida. Para esse trabalho, é quando se toma algo como verdadeiro e esse algo influencia, de algum modo, as ações. A crença sempre mira a verdade, mas não necessariamente a é, ou melhor, a atinge (informação verbal). Em A Fixação das Crenças, Peirce (1877) traz quatro maneiras pelas quais as crenças humanas poderiam se tornar fixas e as chama de métodos. São eles: por tenacidade, autoridade, a priori e científico. O primeiro método diz respeito às crenças adquiridas subjetivamente, que se relacionam a hábitos individuais e são levados a cabo por aqueles que os detêm, evitando qualquer tipo de ideia contrária que possa vir a perturbar esta crença. No segundo, as crenças são fixadas coercitivamente por meio de instituições que isolam as opiniões contrárias. Já no terceiro, as crenças se baseiam em conjuntos de hipóteses elaboradas aprioristicamente. E no quarto, as crenças são fixadas por meio de hipóteses que são propostas e testadas consensualmente dentro de uma comunidade científica estabelecida.

“Como a desinformação digital desumanizou a crise humanitária Yanomami”³¹, que trouxe diversos exemplos de desinformações que circularam no período. O InfoAmazonia é um site de notícias independente de referência na cobertura de jornalismo ambiental e reúne dados estatísticos sobre a Amazônia.

Entre as desinformações expostas, a selecionada a título de exemplo foi a proferida pelo comentarista da Jovem Pan Jorge Serrão. No programa JP News, Jorge Serrão afirmou que havia “informações seguras” de que existia “grande quantidade índios Yanomami atuando no garimpo ilegal” em um vídeo que teve 83 mil visualizações³². Mais adiante, ele explica um pouco mais a sua teoria: “Muitos desses indígenas que iam trabalhar no garimpo, eles acabavam abandonando suas famílias para procurar ouro”.

Para analisar, então, o material empírico escolhido, utilizou-se como procedimentos metodológicos a individualização do acontecimento proposta na análise do acontecimento de Vera França (2012), a partir da perspectiva teórica de Louis Quéré e uma análise semiótica.

Em relação à individualização do acontecimento, foram adotadas as cinco etapas previstas por França (2012): descrição; narrativização; identificação do pano de fundo pragmático; caracterização do problema público; e normalização. Porque adotando esse caminho é possível compreender, segundo Quéré (2011), tanto a dinâmica própria do acontecimento quanto a sua natureza social. Já que os sentidos do acontecimento resultam de suas particularidades, mas são também iluminados e tensionados pelos significados do conjunto no qual estão inseridos. Explica-se:

[...] individualizar um acontecimento, analisar como ele se torna este acontecimento no meio de tantos outros é uma forma de melhor interpretar seus significados, mas é também altamente elucidativo das amarras sociais que ele expõe: as operações de individualização mostram que esta “passa por uma socialização, no sentido de uma inscrição num mundo social (de sentido e de coerência estabelecidos, de instituições, de usos e de costumes, de hábitos e de capacidades de acção etc.). (QUÉRÉ, 2011, p. 14).

Na fala do comentarista, então, é possível entender que o garimpo ilegal na terra Yanomami é o grande acontecimento retratado. Considerando a etapa da descrição, as

³¹ Disponível:

<https://infoamazonia.org/2023/03/30/desinformacao-crise-humanitaria-yanomami/#:~:text=A%20segunda%20tentativa%20da%20extrema.que%20teve%2083%20mil%20visualiza%C3%A7%C3%B5es>. Acesso: 15 ago 2023.

³² *Ibidem*, nota de rodapé número 4.

características mais evidentes do acontecimento (FRANÇA; LOPES, 2017) que identificam a maneira como ele foi categorizado estão na distorção da informação trazida no comentário. O garimpo ilegal é praticado por garimpeiros, mas o comentarista afirma que indígenas também estão cometendo o crime.

A partir da etapa da narrativização (FRANÇA; LOPES, 2017), que é a ênfase atribuída ao acontecimento, pode se entender ser uma tentativa de amenizar o crime gerado pelo garimpo ilegal, com a afirmação de que indígenas também participavam. “É a desgraça da ilegalidade. Ilegalidade puxa ilegalidade e vai causando só o caos” (JOVEM PAN NEWS, 2023), afirma o comentarista. Esse entendimento também é embasado no fato de o veículo em que o comentário foi dito, a Jovem Pan, ser identificado com a extrema-direita e a acentuação do garimpo ilegal ter ocorrido durante o governo de Jair Bolsonaro.

Na terceira etapa, de identificação do pano de fundo pragmático (FRANÇA; LOPES, 2017), que corresponde ao plano da experiência e leva para a análise da recepção do acontecimento, entende-se que o conteúdo funcionou como um reforço ao que Recuero et al. (2020) chamaram de “câmaras de eco”.

Em seguida, na caracterização de problema público (FRANÇA; LOPES, 2017), percebe-se que esse acontecimento pode ter se inscrito numa categoria mais ampla que atinge a sociedade como um todo: a de que a cobertura jornalística estaria enviesada, por exemplo, para destituir Jair Bolsonaro do poder. “É complexo de você resolver, é igual a questão da cracolândia aqui em São Paulo” (JOVEM PAN NEWS, 2023), diz o comentarista, quase como uma defesa ao descaso do governo federal.

Por fim, a normalização (FRANÇA; LOPES, 2017), quando há a observação daquele momento em que a curva de interesse e mobilização em torno do acontecimento desce, pode ser percebida na conclusão do comentário. Quando Jorge Serrão fala que “o que está sendo feito de errado só pode no final ampliar a tragédia” (JOVEM PAN NEWS, 2023). O estranhamento que ele provocou, de trazer uma informação distorcida sobre quem atua no garimpo ilegal, é reduzido com seus argumentos. A normalidade readquire o seu ritmo.

Jorge Serrão também afirma durante o seu comentário que o que deveria estar se debatendo era a solução econômica para a Terra Indígena Yanomami. “Qual é a solução econômica daquilo ali? É isso o que a gente tinha que estar debatendo, discutindo” (JOVEM PAN NEWS, 2023), fala. Em outro momento, questiona:

De que maneira sustentável você vai tratar os índios? Eles vão viver sempre da esmola? Ou eles vão viver sempre daquela forma selvagem precária que é a origem deles? Essa etnia Yanomami ela tem o problema de ser nômade. Então é difícil de se fixar e você organizar a vida desse próprio indígena. Então a gente ali criou uma bomba para o Brasil numa área que é altamente rica em minerais. (JOVEM PAN NEWS, 2023)

Percebe-se que os efeitos de sentido produzidos pela desinformação comunicada por Jorge Serrão são dicotômicos e maniqueístas ao mesmo tempo. O acontecimento é retratado como o bem (garimpeiros, interesse econômico, governo federal) versus o mal (indígenas). No fim das contas, o que se entende com o comentário é que o garimpo ilegal ocorre porque a terra Yanomami de fato é valiosa e não deveria ser uma reserva indígena.

Ainda sobre os sentidos, é possível depreender também que a desinformação sobre o garimpo ilegal na terra Yanomami inclusive retoma em parte um imaginário colonial sobre a floresta e os povos indígenas. O comentarista assume um papel do homem branco como sinônimo de desenvolvimento — como um signo bom — e digno de estar onde está. Afinal, a terra é valiosa. O comentarista invisibiliza a questão histórico-cultural que faz os indígenas Yanomami estarem onde estão.

Considerações finais

Portanto, é possível entender que a desinformação analisada é capaz de acentuar a descrença no acontecimento garimpo ilegal na terra Yanomami. Travestido de jornalismo e mobilizando signos dicotômicos e maniqueístas, o conteúdo pode contribuir para o acirramento de bolhas virtuais, descrenças, pós-verdades e a própria crise do jornalismo justamente pela sua estrutura que estabelece um bem versus um mal. No entanto, é preciso salientar que a análise buscou exemplificar o fenômeno da desinformação apenas. É necessário, agora, mais análises de conteúdos desinformativos para afirmar de modo categórico e responder, enfim, ao problema de pesquisa levantado.

De todo modo, fica claro que o jornalismo e a sociedade precisam encontrar uma maneira de controlar a desinformação e os seus efeitos nocivos. Senão, receia-se que, além de possíveis futuros novos descaso com políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, esses conteúdos também possam ampliar o desmatamento, pela descrença

gerada no público. Ampliar, enfim, a água suja, o peixe estragado, as crianças fracas e a dor de barriga.

REFERÊNCIAS

ABDALA, V. Líder indígena: garimpo chegou a novas áreas yanomami nos últimos anos. **Agência Brasil**, Boa Vista (RR), 22 fevereiro 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/lider-indigena-garimpo-chegou-novas-areas-yanomami-nos-ultimos-anos>>. Acesso em: 17 jul 2023.

BENKLER, Y.; FARIS, R.; ROBERTS, H. **Network Propaganda**: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics. New York: Oxford University Press, 2018.

BUTLER, J. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CALDAS, P. N. L. Um breve olhar peirceano sobre as relações de crenças e dúvidas na experiência de recepção e difusão de informações nas mídias tradicionais e na internet. **Semeiosis**: semiótica e transdisciplinaridade em revista, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 150-160, setembro 2019.

CASSAM, Q. **Vices of the mind**: from the intellectual to the political. Oxford: Oxford University Press, 2019.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019. Edição Kindle.

FRANÇA, V.; LOPES, S. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **MATRIZES**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-87, setembro/dezembro 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/138820>>. Acesso em 10 abril 2022.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dezembro 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939/9406>>. Acesso em: 10 abril 2022.

HENN, R. C. A desinformação como estratégia da extrema direita. **Revista Textual**, n.5, 2023. Disponível em: <https://www.sinprors.org.br/comunicacao/revista/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. O problema semiótico da desinformação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 45., 2022, Porto Alegre. Anais... [...]. João Pessoa: Intercom, 2022.

_____. **Os fluxos da notícia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

_____. **Pauta e notícia**. Canoas: Ulbra, 1996.

HENN, R. C; D'ANDRÉA, C. Desinformação, plataformas, pandemia: um panorama e novos desafios de pesquisa. **Revista Fronteiras**, vol. 23, n. 2, maio/agosto 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/23786/60748715>. Acesso em: 16 ago 2023.

INTERVOZES-COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO; et al. Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e os seus defensores. NetLab. 2023.

JOVEM PAN NEWS. LULA CRITICA O BANCO CENTRAL/ POSSE DE MERCADANTE NO BNDES - 3 EM 1 - 06/02/2023. Youtube, 6 fev 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YriZWDnixWE&t=2777s>. Acesso em: 16 ago 2023.

LISBOA, S.; BENETTI, M. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 51-62, janeiro/junho 2017.

LOTMAN, Y. **La semiosfera**. Madri: Catedra, 1996.

_____. Mekhanízmy dialoga [Os mecanismos do diálogo]. In: _____. **Semiosfera**. São Petersburgo: Iskússtvo-SPB, 2001, p.268-275.

MIGUEL, L. F. Jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, maio 1999.

OLIVEIRA, F. M.. **La semiosis de la noticia**: Movimientos sociales en red y crisis del periodismo. Barcelona: Editorial UOC, 2018.

PAJOLLA, Murilo. Bolsonaro estimulou avanço de garimpeiros sobre os Yanomami; relembre casos e declarações. **Brasil de Fato**, 6 maio 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3c5j1Qq>. Acesso em: 11 jul.2022.

PASTL, C. M. L.. **A INEFICÁCIA DA (HIDROXI) CLOROQUINA CONTRA A COVID-19 NO JORNALISMO**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo, Porto Alegre, 2022.

PEIRCE, C. S. “A Fixação das Crenças”. **Popular Science Monthly**, Nova York, v. 12, novembro 1877.

_____. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. **Semiótica e filosofia**. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1975.

_____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

QUÉRÉ, L. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, Lisboa, v. 10, p. 13-37, 2011.

RECUERO, R; SOARES, F.; ZAGO, G. Polarização, Hiperpartidarismo e Câmaras de Eco: Como circula a Desinformação sobre Covid-19 no Twitter. **Revista Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, agosto/novembro 2020.

SANTAELLA, L. **A Teoria Geral dos Signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake news”: a typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, Reino Unido, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.